

“Imprensa de trabalhadores, feita por trabalhadores, para trabalhadores”?

Laura Antunes Maciel¹

Resumo: Nesta comunicação discuto possíveis articulações e embates entre uma imprensa feita por trabalhadores e outras formas de periodismo no Rio de Janeiro, indicando alguns sinais da crescente ampliação e diversificação de títulos e grupos produtores, bem como para a transformação da imprensa operária ou militante tradicional, quando outras lutas sociais e políticas tomam conta da cidade e também se expressam por meio de publicações periódicas. Procuo também reconhecer a pluralidade de locais e sujeitos históricos que, por meio da imprensa, buscaram construir espaços de crítica, liberdade e resistência, fundamentais para a compreensão daquele período histórico.

Palavras-chave: imprensa, trabalhadores, memória.

Abstract: In this presentation we discuss possible junction and joints between a press made by workers and others journalism forms in Rio de Janeiro, showing some signs of the growing expansion and diversification of securities and producer groups, also to the transformation of worker or militant traditional media, when other social and political struggles take care about the city and also are expressed through periodic publications. We want also recognize the plurality of local and historical subject that sought to build spaces of criticism, freedom and resistance, through the press which are fundamental to the understanding of that historical period.

Keywords: Press, workers, memory.

Em geral, os estudos que utilizaram a imprensa produzida por trabalhadores o fizeram ora com a intenção de reconstituir as condições de vida e trabalho, os valores e a cultura operária ou, então, para analisar as variadas formas de militância política e de mobilização de classe. Realizados no interior de um movimento mais amplo de revisão histórica que buscava dar visibilidade à participação e ao papel político das classes subalternas na sociedade brasileira, em diferentes contextos e temporalidades, esses estudos – seja em função de esquemas teóricos de análise e interpretação ou das opções partidárias de seus autores – valorizaram algumas vertentes do movimento operário ou minimizaram, e até silenciaram, experiências dissidentes ou divergentes.

Talvez seja esta a explicação para a valorização da atuação dos anarquistas e sua intensa militância na imprensa para difusão de suas idéias políticas e ideologias que, analisadas fora da disputa com outras tendências como socialistas e sindicalistas reformistas, fundamentaram interpretações sobre sua primazia na constituição da ‘consciência’ do proletariado e na ‘emergência’ do movimento operário na cidade. Outros, ao focar apenas nas experiências específicas de trabalhadores em alguns ofícios, como os gráficos, reforçaram uma leitura dessa atuação como responsável pelo surgimento e manutenção de múltiplos e simultâneos títulos de periódicos e por uma variedade de atividades de propaganda e atuação letrada.

Descolada das práticas sociais que a sustentava, a imprensa operária muitas vezes se resume a mero instrumento de debate doutrinário entre grupos e tendências; outras vezes as idéias impressas por redatores e colaboradores militantes são tomadas como expressões do pensamento e consciência do conjunto dos trabalhadores. Retomando alertas formulados por Pinheiro e Hall o

¹ Universidade Federal Fluminense, Doutora.

que está em jogo é a produção apenas de “versões críticas em moldes convencionais” ou de isolarmos a história da classe operária e, com este deslizamento, silenciarmos sobre “a questão fundamental do acesso das classes subalternas ao poder político”.(PINHEIRO E HALL, 1979, p. 15-16) Ou seja, há o risco de contribuirmos para obscurecer ainda mais a existência do conflito entre forças sociais hegemônicas e subalternas e do modo como estes enfrentaram a questão do exercício do poder e da dominação.

Retornar à imprensa produzida por trabalhadores consciente destas questões e partilhando estas preocupações, nos faz ficar atentos às formas embrionárias ou menos organizadas de imprensa feita por populares, além de indagar sobre os múltiplos significados do fazer imprensa enquanto uma prática social significativa para os trabalhadores urbanos. Os levantamentos preliminares de periódicos produzidos por grupos populares no Rio de Janeiro indicam uma crescente ampliação e diversificação de títulos e grupos produtores, bem como a transformação da imprensa operária ou militante tradicional, a partir das décadas finais do século XIX.² Apesar das perdas, das grandes lacunas e da fragmentação nas coleções existentes nas instituições de pesquisa, ainda hoje é perceptível a diversidade de iniciativas de trabalhadores com a produção de periódicos e a pluralidade de orientações políticas e grupos envolvidos com o fazer imprensa. Ressalto, particularmente, a existência de um número significativo de títulos publicados por iniciativa de estivadores, padeiros, sapateiros, barbeiros, marmoristas, carpinteiros, operários em pedreiras, dentre outros, que têm em comum o fato de desempenharem atividades profissionais que não exigiam o domínio da leitura e da escrita e, no entanto, foram responsáveis por uma intensa produção periódica.³ Priorizei nesta reflexão, jornais e revistas que se apresentavam como porta vozes de trabalhadores urbanos apreendidos em sua diversidade – seja em termos dos ofícios e atividades profissionais seja pela abrangência étnica, regional ou nacional –, de modo a reconhecer a pluralidade dos espaços e sujeitos sociais que se constituíram por meio da imprensa para evidenciar novas vozes e lutas sociais e políticas que ganhavam visibilidade naquela conjuntura.

² As questões aqui analisadas são parte de uma pesquisa mais ampla em que problematizo variadas formas de produção letrada popular (periódicos, associações, escolas), realizada com financiamento CNPq/PIBIC. Alguns resultados foram apresentados no artigo “De “o povo não sabe ler” a uma história dos trabalhadores da palavra”. In: MACIEL, Laura Antunes, Paulo Roberto de Almeida, Yara Aun Houry. (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*, op. cit., pp. 273-298.

³ Apenas para indicar a diversidade de sujeitos sociais e organizações populares envolvidos com a produção de jornais e revistas arrolei alguns títulos já identificados na pesquisa: *A Voz do Padeiro* (1913); *A Voz do Marmorista* (1903); *O Marmorista: Órgão de propaganda dos operários marmoristas* (1906-7); *Boletim do Centro dos Operários Marmoristas* (1925); *Voz do Chauffeur: Notícias – crítica – literatura & arte* (1924-1926); *O Alfaiate* (1903-6); *O Echo do Mar: Propriedade das Associações de marinheiros e remadores e da União dos Foguistas* (1909); *O Sapateiro* (1928); *O Barbeiro* (1926).

As explicações para o significativo investimento de trabalhadores, suas organizações e lideranças, na criação e manutenção de periódicos precisam ser buscadas em sua própria experiência, em suas justificativas e nos termos em que foram discutidos, em função de seus horizontes sociais e a capacidade de articular interesses e aspirações coletivas. Os guarda-livros, empregados mais graduados no comércio, julgavam que a maioria dos colegas “da nossa praça é puramente prática e balda de teoria; torna-se por isso mesmo carecedora da lição e contacto de todas as idéias”, razão pela qual a Associação investia em cursos e também mantinha uma revista dedicada à reflexão sobre temas teóricos e práticos ligados ao comércio, economia política e os grandes problemas do país. Manter uma revista não era apenas uma distração ou veleidade intelectual de trabalhadores mas um “órgão que dá conta ao público do movimento interno da Associação e da inteligência e ilustração dos seus membros.” Essa preocupação pode ser compreendida como uma tentativa de garantir sua voz nos espaços de formulação de projetos de leis, alteração de regulamentos e no delineamento de sugestões para enfrentar problemas importantes para o país. (*Revista da Associação dos Guarda-Livros*. RJ, Ano II, 30 de Abril de 1875, n. 4, pp. 3-4)

Por sua vez, outros trabalhadores do comércio que se expressavam por meio d’ *O Caixeiro* não pretendiam que seu jornal fosse “um tratado de filosofia, de política e de economia pública, como os que saem das academias, dos liceus e dos eixos grandiosos do jornalismo presente.” Reconhecendo o jornalismo como uma potência que podia “criar pensamentos e idéias, suscitar e acompanhar os acontecimentos, dirigir a vontade, evocar o passado, reger o presente, descortinar o futuro”, eles reivindicavam o direito de fazer do seu jornal uma tribuna uma vez que “o jornalismo não é oculto pelo mistério que se descobre a poucos eleitos; (...) O pensamento fez-se familiar atualmente, acessível a todos, ergue a sua tribuna nas casas, nos redutos, nas oficinas, no palácio e no tugúrio”. (*O Caixeiro*. RJ, Ano I, n.1, 15 de novembro de 1881, p. 1-2.)⁴

Merece destaque a atuação dos empregados em padarias responsáveis pela fundação, em 15 de Dezembro de 1898, da Sociedade Cosmopolita Protetora dos Empregados de Padaria, com sede na Rua da Alfândega 194, e de um órgão dedicado aos interesses da classe, *O Panificador* organizado no ano seguinte sob a direção de Manoel Soares de Pinho, também membro da Sociedade. Publicado quinzenalmente com contribuições espontâneas dos padeiros o jornal tinha como divisa “Trabalho, Justiça e Liberdade”, além da defesa da igualdade de direitos. Os padeiros envolvidos com a constituição do seu ‘grêmio social’ definiram como seu intuito reunir todos os

⁴ Além deste localizamos outros jornais com os mais variados títulos, perfis editoriais e orientações políticas que se auto intitularam “órgão da classe” ou “dos empregados do comércio” como, por exemplo: *O Domingo*:órgão dos empregados do comércio (1878); *O Caixeiro* : órgão dedicado à classe caixeiral (1881; 1899); *O Argonauta* : órgão dos empregados do comércio (1882-3); *União Caixeiral*: Órgão da classe (1903); *O Internacional*: Jornal da classe dos caixeiros de hotéis, restaurantes e brasserie (1911), para citar alguns.

empregados em padarias, “sem distinção de cor, crença e nacionalidade, estabelecendo a solidariedade entre si e desenvolvendo o seu progresso moral e material.” (*O Panificador: Órgão Dedicado aos Interesses da Classe dos Empregados de Padaria*. Rio de Janeiro, Ano 2, n. 2, 1 de Janeiro de 1900, p. 4.) Além de convocar os trabalhadores para o fortalecimento do seu órgão de classe, os artigos assinados por diversos colaboradores em *O Panificador* buscavam despertar entre os padeiros sentimentos de força, solidariedade, construía identidades ou antagonismos tentando orientar a ação desses trabalhadores, além de discutir temas apresentados como sendo de interesse para o conjunto da classe. Suas notícias principais são sobre as atividades realizadas pela Sociedade Cosmopolita Protetora dos Empregados de Padaria – festas comemorativas do aniversário de fundação da sociedade, atividades e reuniões ordinárias em sua sede social, orientações da secretaria ou listas de subscrição –, além de textos mais militantes e formativos.

Apesar da intenção de criar jornais, organizar bibliotecas abertas aos sócios ou oferecer cursos de instrução primária ou profissional constar nos estatutos e atas de fundação de muitas associações representantes de trabalhadores cariocas, vários periódicos analisados nasceram durante ou após momentos de mobilização da categoria em torno da reivindicação de melhores condições de trabalho ou aumentos de salários. Este é o caso, por exemplo, de *O Congresso*, de circulação quinzenal e que trazia como palavras de ordem “Paz e união; luz e liberdade”, criado em 1905 como órgão defensor dos operários em pedreiras (canteiros, encunhadores e ferreiros) do Rio de Janeiro. Como tantos outros periódicos, *O Congresso* é resultado e expressão do acúmulo de experiências e forças dos trabalhadores em pedreiras durante as mobilizações da própria categoria ou de greves gerais, como em 1901 e 1903, e de sua organização em prol da regulamentação de suas jornadas de trabalho e criação de suas organizações como o Congresso União dos Operários das Pedreiras e Associação dos Operários em Pedreiras, fundidas em 1906. *A Voz do Marmorista* (1903) e *O Marmorista*, criado no ano seguinte, além do jornal *A Greve*, fundado pelos estivadores também em 1903 e *A Luz Marítima* da Associação de Resistência dos Marinheiros e Remadores (1905), são evidências da importância atribuída por muitas categorias à imprensa para a continuidade de sua mobilização e organização. É o caso também de *Accordem*, sugestivo título do órgão criado em 1905 pelos carpinteiros para defesa da Sociedade de Carpinteiros e Artes Correlatas e ‘dos trabalhadores em geral’.

A criação e manutenção de jornais, e também de escolas e bibliotecas, tanto por trabalhadores letrados quanto por aqueles tidos como iletrados, através de suas associações e sindicatos, podem ser compreendidos também como estratégias para a formação de aprendizes, aprimoramento do conhecimento e técnicas próprias ao trabalho que exerciam e, também, uma das formas de

exercerem controle sobre o exercício profissional do conjunto dos trabalhadores de uma mesma categoria.

Assim como é possível identificar uma diversidade de razões que animavam cada grupo de trabalhadores para o significativo investimento na imprensa, os sentidos de atuar por meio dela também são múltiplos. Os aspectos mais ressaltados para as razões de fazer imprensa era a possibilidade de avaliar, julgar, comentar, interpretar e opinar; em suma, de poder elaborar sentidos para as próprias ações e para as dos outros, difundir projetos e perspectivas próprias ao grupo ou intervir em assuntos considerados de interesse público. Nesse sentido, a intensa militância dos trabalhadores na criação de periódicos pode indicar esforços para ter acesso à palavra impressa como forma de intervir e enunciar uma versão, um sentido para as experiências vividas e para constituir um espaço alternativo no qual pudessem trazer à discussão pública acontecimentos ou opiniões apresentadas como universais, procedimento padrão no jornalismo diário, para avaliá-los sob outros pontos de vista e argumentos o que implicava em contrapor argumentações e ampliar os espaços de formulação e deliberação na cidade. Problemas e questões antes debatidos a portas fechadas ou negociados apenas entre empregados e patrões ou entre os próprios trabalhadores em suas associações e reuniões, ganhavam as ruas por meio das páginas de periódicos e alteravam a natureza mesma desse debate.

As diferenças deste tipo de imprensa em relação ao jornalismo diário, para quem a construção da notícia ou a busca por informação fresca já se constituíam como elementos fundamentais, também merecem ser registradas. Essa distinção pautava inclusive a atuação de periódicos populares com um perfil mais informativo ou de debate sobre temas de interesse dos assalariados de modo geral – tais como condições de vida, preços e salários – caso do jornal *O Congresso* (1905), mantido pelos operários em pedreiras; ou para aqueles dedicados à análise crítica sobre os acontecimentos cotidianos da cidade ou às grandes questões políticas contemporâneas e que se auto-intitulavam jornais de “combate”, “crítica social” ou “resistência” a exemplo de *Crônica Subversiva* (1918), *Na Barricada* (1915) ou *O Debate* (1917). Além disso, as relações de poder ou trocas de favores que se estabeleciam entre os interessados em divulgar idéias, projetos e opiniões e proprietários e editores, responsáveis pela decisão de publicar ou não esses conteúdos, ou estavam ausentes nestes periódicos ou são de outra natureza.

No entanto, é preciso reconhecer que esse processo de expansão da imprensa operária não se dava de forma isolada, à parte do movimento de ampliação de uma imprensa de massa e, também, em relação estreita com os diários e revistas culturais e de variedades, o que situa a imprensa como “importante campo da luta social” no período pois o povo surge “como alvo e objeto de disputa” por diferentes forças sociais e políticas. (CRUZ, 2000, p. 166) Evidências das preocupações dos

trabalhadores com a penetração das folhas e mensagens da “imprensa burguesa” em seu cotidiano, podem ser flagradas no artigo intitulado "O operário e a imprensa burguesa" encaminhado pelo trabalhador A. Tupynambá, por carta datada de 6 de Junho de 1903, ao diretor do *Brazil Operario* ele afirma que “entre nós, a imprensa grande, a imprensa rica, onde se digladiam os grandes homens que dirigem os destinos deste pobre povo” era sustentada pelos operários mas que estes “não tem um jornal que o defenda com sinceridade.” Ele examina alguns dos jornais diários cariocas como o *Jornal do Brasil*, “com grande prestígio entre o operariado” mas que o enganava com freqüência em suas colunas. Mas, ainda assim, os operários pareciam preferir a leitura dos grandes diários a valorizar as iniciativas dos próprios companheiros que dedicavam suas vidas a fundar e publicar jornais que, por falta de compreensão e apoio entre os próprios trabalhadores, fracassavam e, muitas vezes, arrastavam seus idealizadores à miséria. (*Brazil Operário*. RJ, Ano I, n. 4, 16 de Junho de 1903, p. 2) Sua análise, profundamente corajosa e consciente, evidencia a força daquela imprensa diária na articulação de propostas e projetos elaborados pela cultura letrada dominante, sua capacidade para absorver demandas e mobilizar aspirações de trabalhadores, ao mesmo tempo que identifica quais seriam os lugares legítimos de crítica e resistência alternativa a ela.

A compreensão de que a imprensa diária defendia interesses opostos aos dos trabalhadores e que muitas vezes ela servia para patrões ou jornalistas atacarem e desqualificarem os veículos editados pelos trabalhadores e as suas reivindicações, expressava-se por meio de críticas e denúncias contra jornais, colunas ou jornalistas específicos. *O Panificador*, por exemplo, em artigo intitulado "Alerta", denunciava os donos de padarias que por meio dos jornais tentavam atrapalhar a união dos trabalhadores, "chamando o nosso Jornal de pasquim", argumentando que “o nosso jornal não é pasquim porque ele é dos [nossos] interesses e tem um diretor responsável pelos seu escritos mas o que ele diz é tudo verdade”. (*O Panificador*, Rio de Janeiro, Ano II, n. 3, 18 de Janeiro de 1900, p. 2) Há críticas mais amplas aos procedimentos pouco éticos de empresas jornalísticas ou da "imprensa entre nós", como a publicada pelo redator d' *O Combate*:

“Se a imprensa de um país pode ser considerada o espelho de onde se reflete o regime social e político do povo que nele habita, a nossa imprensa é o transmutado das instituições nacionais. Ausência de princípios, ausência de discussão, superabundância de polêmicas pessoais e intrigas políticas, eis o que caracteriza a nossa imprensa. O jornal tornou-se entre nós jornaleiro”.

Outra prática generalizada entre os grandes jornais e criticada por eles era a dos “artigos por encomenda” ou seja, a venda do espaço que deveria ser dedicado à doutrina e ao debate político para a defesa de interesses particulares. Comentando que em outros lugares as duas únicas contribuições que sustentavam a imprensa diária eram “a assinatura ou compra da folha e o anúncio, que preenche a satisfação do interesse individual, na espera do negócio ou da

necessidade peculiar de cada cidadão”. Porém, “entre nós criou-se uma terceira contribuição, que é a que mais concorre para sustentar as folhas que se fizeram puramente mercantis, é a da “*publicação a pedido.*” Com este expediente as empresas jornalísticas ofereciam “pasto ao vício da maledicência e da curiosidade vã” além de arranjam “renda para o seu balcão.”(*O Combate*. RJ, Ano II, n. 2, 10 de Maio de 1881, p.1-2)

Outras vezes a imprensa diária era procurada por iniciativa de diretores e secretários destes periódicos de trabalhadores em busca de apoio para seus projetos ou divulgação de suas reivindicações. O mesmo *O Panificador* que implicava com articulistas que propunham um endurecimento dos patrões em relação aos padeiros, em outra situação narrou o préstimo da Sociedade pelas ruas centrais do Rio de Janeiro em comemoração ao aniversário de um ano de sua fundação. Um dos pontos de parada foi na rua do Gonçalves Dias, “em frente ao *Jornal do Brasil* onde o nosso estandarte se achava.” Para além das críticas, existem referências freqüentes de redatores ao intenso diálogo e trocas com outros jornais e revistas, da chamada grande imprensa, flagrada em seções específicas destinadas a acusar o recebimento dos números mensais enviados a título de permuta, agradecer elogios ou votos de felicitações e outras formas de apoio manifestadas por jornalistas e/ou redatores de diferentes órgãos. Outra forma comum de trocas era a doação ou “ofertas” de exemplares de jornais e revistas de grande circulação para as bibliotecas mantidas pelas Associações, constantemente informada pelas páginas de seus jornais sob forma de agradecimento às redações ou aos redatores ofertantes, ou de notas identificando os títulos recebidos e seu encaminhamento aos bibliotecários.

É preciso refletir também sobre o conjunto de evidências presentes em vários jornais mantidos por trabalhadores de que eles não se dirigiam apenas ao público restrito dos membros de suas associações ou companheiros de trabalho e suas famílias, mas procuravam dirigir-se ao conjunto de trabalhadores da cidade ou, até mesmo em alguns casos, a grupos sociais intermediários da sociedade carioca como jornalistas, profissionais liberais, políticos, etc.. É possível apreender essa proximidade por meio da análise do perfil editorial de revistas e jornais (incorporando seções com textos leves, de humor, literatura, etc.) e também das mudanças nas formas de distribuição, nas campanhas para ampliar assinaturas e nas temáticas abordadas em suas páginas.

Existem ainda muitas pistas de uma intensa rede de comunicação constituída por militantes de orientações políticas e categorias profissionais as mais diversas por meio da articulação e trocas entre diferentes associações, sindicatos e periódicos diversos. O esforço em participar de atividades organizadas por outras associações, a publicação de correspondências trocadas entre lideranças e diretores de diferentes organizações e periódicos, a tradução de artigos e textos e as notas comentando obras, mostram como essa imprensa preenchia um papel fundamental não só

como instrumento de formação mas, acima de tudo, para criar um intercâmbio e articulação entre os trabalhadores, constituindo uma “rede de comunicação desenvolvida pelos militantes” sem paralelo na história do trabalhador brasileiro. (FERREIRA, 1978, p. 148-9)

Seguindo a problematização formulada por Heloisa de Faria Cruz sobre o “movimento de expansão/transformação do espaço da imprensa periódica” e de como esse movimento se espalhou socialmente penetrando “ambientes mais populares”, inclusive os da imprensa operária, renovando os grupos produtores, o público leitor e redefinindo as relações entre eles, procuro em minha investigação sobre a imprensa carioca indagar sobre outros significados e razões para o significativo investimento popular na produção periódica. É preciso considerar, como indica Cruz, que a consolidação dessa imprensa acontece no interior e em tensão com o amplo movimento de constituição da imprensa de massa por volta das duas últimas décadas do século XIX, com a renovação de públicos leitores, das linguagens e temas mas, também, dos modos de narrar e dos grupos produtores.(CRUZ, 2000, pp. 20-24)

Essas questões nos ajudam a repensar aspectos tradicionalmente utilizados para caracterizar a imprensa feita por trabalhadores: o fato dela ser produzida e lida por uma classe social em particular ou, ainda, por abordar apenas, ou mais intensamente, temáticas ou ‘problemas’ de interesse dessa classe social em particular. Acompanhar os assuntos que mobilizaram as penas e máquinas de escrever dos redatores, evidencia as questões que mereciam maior debate por parte das organizações que representavam esses trabalhadores, as opiniões de suas lideranças e até de trabalhadores sem maior expressão política ou militância, bem como as suas lutas e reivindicações. Mas, ao contrário do que em geral se afirma sobre o caráter restrito dessa imprensa aos interesses específicos da categoria profissional que a mantém, é possível observar não só uma diversidade de temas, opiniões e debates a animar as páginas de alguns desses periódicos como indícios de uma circulação mais ampla.

A reflexão de Martin-Barbero também nos alerta para a necessidade de ampliar nossos questionamentos sobre o poder dos meios, as mediações que eles elaboram e as formas de presença do popular no massivo, sugerindo que em pesquisas com a imprensa popular procuremos recuperar o seu movimento de constituição atentando para os lugares sociais onde ela se institui, identificando os distintos processos sociais e momentos no interior dos quais ela se forja, para reconstituir a intensa disputa entre diferentes usos e sentidos sociais que o fazer imprensa comportava. (Martin-Barbero, 2003, pp.11-21)

Apesar das diferenças em suas formas materiais, objetivos e propostas, e de ter se constituído como campo de luta política entre diversas correntes que dividiam o movimento de trabalhadores

na cidade do Rio de Janeiro, a imprensa constituiu-se como um espaço significativo para o combate aos valores que se pretendiam únicos e para o embate pela afirmação pública dos trabalhadores por meio da palavra impressa.

CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana-1980-1915*. São Paulo, EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000.

FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil: 1880-1920*. Petrópolis, Vozes, 1978.

MARTIN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2003.

PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael. *A classe operária no Brasil*. Documentos (1889 a 1930). Vol. 1. São Paulo, Alfa Omega, 1979.